

**A. I. Nº** - 206936.0005/06-1  
**AUTUADO** - PONTO ALTO TRANSPORTES LTDA.  
**AUTUANTE** - FRANCISCO BENJAMIN DE SOUZA MUNIZ  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 01.11.06

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0331-02/06

**EMENTA: ICMS. 1.** SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. Infração caracterizada. **2.** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SERVIÇO DE TRANSPORTE. **a)** IMPOSTO NÃO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. O contribuinte deixou de registrar nos livros próprios os CTCs. **b)** BASE DE CÁLCULO. ERRO NA DETERMINAÇÃO. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. **c)** DIVERGÊNCIA ENTRE OS REGISTROS DO CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA PELO PRESTADOR E PELO TOMADOR DOS SERVIÇOS. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. O contribuinte apresentou apenas argumentos subjetivos insuficientes para elidir as acusações. Mantidas as exigências fiscais. Infrações caracterizadas. **3.** DOCUMENTOS FISCAIS. CONHECIMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA. EXTRAVIO. MULTA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/2006, para cobrança do valor de R\$ 25.364,45, pela ocorrência dos seguintes fatos:

1. recolhimento a menos, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SimBahia. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 7.025,94 e aplicada multa de 50%;
2. falta de recolhimento nos prazos regulamentares do ICMS referente a prestação de serviços de transportes não escriturados nos livros fiscais próprios. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 1.381,68, e aplicada multa de 70%;
3. recolhimento a menos do ICMS em decorrência de erro na determinação na base de cálculo nas Prestações de Serviço de Transportes Rodoviário no período em que se encontrava sob o Regime Normal de Apuração do ICMS. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 11.824,27 e aplicada multa de 60%;
4. recolhimento a menos do ICMS em decorrência de divergência de informações entre o registro do CTC no local de origem e no local de destino. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 4.612,56 e aplicada multa de 150%;
5. extravio de documentos fiscais. Sendo aplicada multa formal de R\$ 520,00.

O sujeito passivo defendeu-se, tempestivamente, fls. 116 a 119, transcrevendo, de início e sucintamente, o teor das quatro infrações que lhe foram imputadas, asseverando que não reconhece nenhuma delas, requerendo diligência para apuração mais detalhada e específica.

Prossegue aduzindo os pontos, a seguir apresentados, como argumento para descaracterizar a ação fiscal, afirmando que:

1. descabe as infrações apuradas pela fiscalização, por absoluta falta de causa jurídica;
2. deveria o autuante, por dever funcional indeclinável, ater-se aos estritos limites da lei,

- quando da elaboração do lançamento, tendo em vista que a atividade administrativa da imposição fiscal está vinculada à Lei, consoante o § único do art. 142 do CTN, não havendo lugar para excesso e desproporções;
3. o lançamento impõe duas condições inafastáveis, quais sejam: o dever da autoridade administrativa de conhecer concretamente as hipóteses de incidência para apurar o quantum devido, e somente proceder ao lançamento com base em dados concretamente detectados;
  4. irresignada vem demonstrar seu inconformismo, pugnando pela prevalência do direito e, que restará demonstrado o excesso de exação, tendo em vista que a imposição fiscal encontra-se divorciada da orientação administrativo-tributário;
  5. demonstrará que a imposição fiscal relativa à infração 01, se constitui num protótipo de violência, pois, fere o princípio da lealdade e boa fé que deve presidir todo o ato administrativo de imposição tributária.

Por fim, conclui reiterando que não reconhece o presente Auto de Infração e requer diligência para que seja ele comprovado através de documentos fiscais e, tendo em vista suas alegações, assevera que deverá ser julgado improcedente.

O autuante em sua informação fiscal, fls. 124 a 127, observa que o autuado impugna o Auto de Infração, entretanto não esclarece nem expõe motivo algum para justificar sua defesa.

Diz que a defesa comenta aleatoriamente da suposta imprestabilidade do procedimento fiscal e de sua manifesta irregularidade, assegurando que demonstrará que a infração 01, se constitui num protótipo de violência.

Afirma que a defesa nada comprova e requer nova diligência para apresentar provas com documentos fiscais, sem precisar o que pretende comprovar, acrescentado que, mesmo existindo alguma prova a seu favor o momento apropriado de apresentá-la seria no ato de sua defesa.

Assevera que, ao contrário do que apregoa o autuado, o ICMS exigido fora calculado na forma da lei e que todas as infrações elencadas no Auto de Infração estão devidamente tipificadas e em consonância com o RICMS-BA/97, encontrando-se os respectivos demonstrativos e provas documentais anexados aos autos.

Diz que o autuado encontrava-se no período fiscalizado dos exercícios 2001/2004 (01/01/2001 a 31/12/2004), enquadrado sob o regime SimBahia como empresa de pequeno porte.

Observa o autuante que as planilhas de cálculo do ICMS exigido encontram-se às fls. 11 a 14, a relação dos DAE's com as respectivas referências, valores e datas de pagamento às fls. 15 a 18 e os Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Carga – CTRC, discriminados e constando a base de cálculo individualizada e acumulada às fls. 19 a 82, bem como a tabela de faixas de alíquotas SimBahia, fl. 83.

O autuante conclui a informação fiscal mantendo a procedência do Auto de Infração.

#### **VOTO**

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS no valor de R\$ 25.364,45 em razão do recolhimento a menos do ICMS, na condição de empresa de pequeno porte (infração 01), falta de recolhimento do ICMS referente a Prestações de Serviço de Transporte não escrituradas nos livros fiscais próprios (infração 02), recolhimento a menos do ICMS em decorrência de erro na determinação da base de cálculo nas Prestações de Serviços Transporte Rodoviário no período em que se encontrava sob o Regime Normal de Apuração do ICMS (infração 03), recolhimento a menos do ICMS em decorrência de divergência de informações entre o registro do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga – CTRC, no local de origem - prestador do serviço e no local de destino - tomador do serviço, (infração 04), e extravio de cento e quatro documentos fiscais – CTRC, (infração 05).

Consoante mandamento do art. 145 combinado com § 3º do art. 123, ambos do RPAF-BA/99, deixo de acolher o pedido diligência solicitado pelo autuado tendo em vista a falta de fundamentação,

eis que, fora apresentado de forma genérica sem apontar, nem sequer por amostragem, inconsistência alguma ou mesmo erro nos levantamentos e planilhas de apuração elaborados pelo autuante.

O autuado ao se defender, em relação ao mérito apenas se manifestou de forma genérica impugnando a autuação, sem, contudo apresentar contestação objetiva alguma em relação a cada uma das infrações. Optou a defesa pela adoção de estratégia com alegações difusas em torno da imprestabilidade do procedimento e de sua manifesta ilegalidade, não indicando em nenhum ponto de sua peça, elemento algum para consubstanciar os argumentos alinhados.

Depois de examinar os elementos que compõem os presentes autos constato o seguinte:

A infração 01, conforme se verifica às fls. 11 a 18, através das “Planilhas de Recolhimento do ICMS de Empresas SimBahia” e nas relações de DAE’s, restou comprovado o recolhimento a menos na condição de empresa de pequeno porte, portanto, mantenho a infração.

Quanto à infração 02, a planilha elaborada pelo autuante, fl. 84, demonstra o cálculo do ICMS sobre os valores não registrados na origem e registrados no destino, discriminando todos os CTCR’s, com as respectivas diferenças apuradas. Com isso, entendo que está caracterizada a infração.

Do mesmo modo, às fls. 85 a 94, encontra explicitada a apuração das diferenças entre o valor da prestação e o valor registrado a menos para cada CTCR’s, restando comprovado o cometimento da infração 03.

No que tange à infração 04, em relação à apuração dos valores divergentes, a planilha à fl. 95, demonstra que os valores das operações registrados no destino foram maiores que os consignados na origem, mantenho a infração.

Verifico também, que em relação à infração 05 encontram-se devidamente relacionados os CTCR’s extraviados à fl. 96, comprovando o cometimento dessa infração, portanto, afigura-se correta a aplicação da multa prevista no inciso XIX do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Pelo exposto, concluo dos exames realizados nas peças dos presentes autos, que restou comprovado, o cometimento, das infrações que lhe foram imputadas, eis que, foram todas elas regularmente constituídas na forma do RICMS/97-BA, tendo em vista que as multas aplicadas, também foram corretamente tipificadas.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206936.0005/06-1**, lavrado contra **PONTO ALTO TRANSPORTES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 24.844,45**, acrescido das multas de 50% sobre R\$ 7.025,94, 60% sobre R\$ 11.824,27, 70% sobre R\$ 1.381,68, e de 150% sobre R\$ 4.612,56, previstas no art. 42, incisos I, “b”, 3, II, “a”, III e V, “c” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$ 520,00**, prevista no inciso XIX “a” do mesmo dispositivo legal, e dos acréscimos moratórios, na forma estabelecida na Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de outubro de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR